



CONSTRUÍDO COM A PARTICIPAÇÃO
DE TODOS OS SEGMENTOS DA SOCIEDADE.
O PME TEM A CARA DO NOSSO TERRITÓRIO!

*Planejar hoje
para transformar
amanhã!*



O PME EM CONSTRUÇÃO:
**PARTICIPE, CONTRIBUA
E TRANSFORME!**

MATRIZ CONSOLIDADA

Instrumento técnico para diagnóstico, territorialização,
formulação de metas e estratégias, financiamento,
monitoramento e regime de colaboração

PME 2026-2036

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



DIÁLOGO

Ouvir para
compreender
a realidade.



COLABORAÇÃO

Unir esforços
para ampliar
possibilidades.



PLANEJAMENTO

Definir metas
e estratégias
com propósito.



EQUIDADE

Garantir direitos
e oportunidades
para todos.



RESULTADOS

Monitorar,
avaliar e
transformar.



**JUNTOS, CONSTRUÍMOS
A EDUCAÇÃO QUE
QUEREMOS!**



FICHA TÉCNICA

MATRIZ CONSOLIDADA

CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO SABER MELHOR
AOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – PME 2026–2036

ELABORAÇÃO COLETIVA



Ione Sousa de Matos

Técnica Local da Rede de
Cooperação Técnica para os
Planos Decenais de Educação
Membro da Diretoria da UNCME-BA
Presidente do Conselho Municipal
de Educação de Araci



Dra. Severina Patrícia Fernandes

Promotora de Justiça
Gerente do Projeto
Saber Melhor



Gilvânia da Conceição Nascimento

Docente da Universidade
Estadual de Santa Cruz – UESC
Coordenadora Estadual
da UNCME-BA

FINALIDADE

Material técnico-orientador construído coletivamente para subsidiar os municípios na análise, territorialização e incorporação das contribuições do Projeto Saber Melhor ao processo de elaboração dos Planos Municipais de Educação, com vistas ao fortalecimento dos Sistemas Municipais de Ensino, à qualificação do planejamento, à definição de metas e estratégias, ao financiamento, ao monitoramento e ao regime de colaboração.

REFERÊNCIA



MATOS, Ione Sousa de; NASCIMENTO, Gilvânia da Conceição; FERNANDES, Severina Patrícia.

Matriz Consolidada: instrumento técnico para diagnóstico, territorialização, formulação de metas e estratégias, financiamento, monitoramento e regime de colaboração.
Território do Sisal – Bahia, 2026.

APRESENTAÇÃO

A elaboração dos novos Planos Municipais de Educação - PME 2026-2036 constitui um momento estratégico para que os municípios analisem o caminho já percorrido, reconheçam os desafios ainda presentes em seus territórios e definam, de forma democrática, responsável e participativa, os compromissos educacionais para o próximo decênio. Elaborar um PME não significa apenas organizar metas e estratégias em um documento formal; significa construir uma política de Estado sustentada por diagnóstico, evidências, participação social, territorialização, equidade, financiamento, monitoramento e regime de colaboração. É nesse contexto que nasce a Matriz Consolidada - Contribuições do Projeto Saber Melhor aos Planos Municipais de Educação - PME 2026-2036.

A construção desta Matriz resulta de um movimento de diálogo e articulação que envolve a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação da Bahia - UNCME-BA, o Projeto Saber Melhor, desenvolvido no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia em parceria com a UNCME, e a Rede de Cooperação Técnica para os Planos Decenais de Educação - SASE/MEC. São espaços institucionais distintos, com competências próprias, mas que encontram no fortalecimento do planejamento educacional, da gestão democrática, da participação social e da garantia do direito à educação importantes pontos de convergência. A Matriz materializa esse encontro ao transformar conhecimentos, orientações e experiências acumuladas em possibilidades concretas de diálogo com os novos Planos Municipais de Educação.

A UNCME-BA ocupa lugar fundamental nesse processo. Sua trajetória de articulação, mobilização, formação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação reafirma a importância desses colegiados para a consolidação dos Sistemas Municipais de Educação e para a construção de políticas educacionais que ultrapassem períodos de governo. No contexto dos novos PMEs, fortalecer os Conselhos significa ampliar sua capacidade de participar criticamente da leitura da realidade educacional, mobilizar a sociedade, acompanhar os processos de escuta, contribuir com a análise das prioridades e exercer, respeitadas as competências estabelecidas em cada Sistema Municipal de Educação, suas funções normativa, consultiva, deliberativa, propositiva, mobilizadora e de acompanhamento.

É justamente nessa perspectiva que as contribuições do Projeto Saber Melhor, voltadas ao fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação e à garantia do direito à educação, assumem especial relevância. Ao longo de seu percurso, o Projeto coloca em circulação discussões que alcançam dimensões fundamentais da política educacional, entre elas governança democrática, articulação dos colegiados, planejamento e orçamento, controle social, infraestrutura, transporte escolar, alfabetização, permanência, aprendizagem, proteção

integral, equidade e articulação intersetorial. Diante dessa riqueza, surgiu uma questão orientadora para a elaboração deste material: como fazer com que essas contribuições não permaneçam restritas aos momentos formativos, mas possam dialogar concretamente com o principal instrumento de planejamento educacional de longo prazo dos municípios?

A resposta construída foi esta Matriz. Sua intenção não é criar, dentro do PME, um capítulo denominado “Projeto Saber Melhor”, tampouco transportar automaticamente para o Plano todas as proposições apresentadas pelo Projeto. A lógica é inversa: parte-se da realidade do município. Primeiro, identifica-se a meta ou o objetivo em análise; observa-se o diagnóstico municipal; localizam-se dados e evidências; delimita-se o problema central; investigam-se suas causas; e somente depois se verifica se determinada contribuição do Projeto Saber Melhor pode colaborar para a construção de uma resposta educacional pertinente, mensurável e executável.

Por isso, a Matriz organiza um percurso metodológico que articula meta/objetivo → diagnóstico → dados e evidências → problema central → causas → contribuição do Projeto Saber Melhor → estratégia → territorialização → equidade → articulação intersetorial → controle social → responsáveis → indicador → linha de base → resultado esperado. Essa estrutura procura impedir que o PME seja preenchido por estratégias genéricas ou compromissos desconectados daquilo que o território efetivamente revela. Cada proposição precisa encontrar fundamento em uma necessidade real e, ao mesmo tempo, apresentar condições para ser executada, financiada, acompanhada e avaliada.

A territorialização assume, nesse processo, papel estruturante. Os indicadores gerais de um município podem ocultar desigualdades significativas entre escolas, comunidades, bairros, campo e cidade, etapas, modalidades e diferentes grupos sociais. A Matriz provoca o município a desagregar seus dados e perguntar: quem está ficando para trás? Onde estão as maiores desigualdades? Quais grupos encontram maiores barreiras de acesso, permanência e aprendizagem? Quais territórios precisam de respostas diferenciadas? Dessa maneira, a equidade deixa de aparecer apenas como princípio e passa a orientar concretamente prioridades, metas, estratégias, distribuição de recursos e mecanismos de acompanhamento. A Matriz também reafirma que o planejamento educacional não pode ser construído de forma fragmentada. Os problemas que interferem no direito à educação frequentemente exigem respostas articuladas entre Educação, Saúde, Assistência Social, Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos, Ministério Público, órgãos públicos, instituições e demais integrantes das redes de proteção e garantia de direitos. Por essa razão, a articulação intersetorial e o regime de colaboração atravessam o instrumento, sem retirar de cada instituição suas competências próprias.

É nesse campo que se insere, entre outras dimensões, a proteção integral e o enfrentamento às violações de direitos. Violência, negligência, abandono e outras violações que atingem

crianças e adolescentes podem repercutir na frequência, permanência, aprendizagem e desenvolvimento. Do mesmo modo, situações como a violência contra a mulher, quando identificadas pelo diagnóstico, pelas evidências territoriais ou pelas escutas e quando apresentarem repercussões educacionais, podem demandar estratégias de prevenção, formação, encaminhamento e articulação intersetorial. A Matriz não pretende transferir para a Educação responsabilidades pertencentes a outros setores, mas contribuir para delimitar o que cabe à política educacional e o que exige atuação conjunta da rede.

O mesmo princípio orienta a análise de outras dimensões contempladas no material: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial Inclusiva, alfabetização, aprendizagem e qualidade, permanência e enfrentamento à evasão, infraestrutura escolar, transporte escolar, gestão democrática, controle social, financiamento, governança e monitoramento. Em cada uma delas, a pergunta fundamental permanece: qual problema o território demonstra, qual resultado precisa ser alcançado e de que maneira determinada contribuição pode ser transformada em estratégia do PME?

Nesse movimento, os Conselhos Municipais de Educação não são compreendidos como instâncias que devem ser chamadas somente quando o documento estiver concluído. Respeitada a organização institucional de cada município, sua presença pode contribuir ao longo do processo de construção do PME: na mobilização, na participação social, no diálogo com os territórios, na análise das evidências, na discussão das prioridades e, posteriormente, no acompanhamento do cumprimento dos compromissos assumidos. Ao lado do Fórum Municipal de Educação, CACS-FUNDEB, CAE, Conselhos Escolares, CMDCA, Conselho Tutelar e demais espaços de participação e controle social, o CME contribui para fortalecer a governança democrática do planejamento educacional.

A preocupação com a execução também ocupa lugar central. Uma meta sem estratégia, uma estratégia sem responsável, uma responsabilidade sem previsão de recursos ou um indicador sem linha de base fragilizam a capacidade de implementação do Plano. Por isso, a Matriz relaciona as proposições ao financiamento, aos responsáveis, aos indicadores e aos mecanismos de monitoramento, estimulando o município a responder não somente “o que queremos alcançar?”, mas também “de onde partimos, quem fará, com quais recursos, em qual território, em que prazo, como saberemos se avançamos e o que precisará ser corrigido ao longo do caminho?”

A Matriz de Rastreabilidade das Contribuições complementa esse percurso ao permitir registrar a origem de cada contribuição, a ênfase apresentada, a meta ou objetivo do PME com o qual se relaciona, a estratégia em que foi incorporada e as evidências ou indicadores que permitirão seu acompanhamento. Essa rastreabilidade fortalece a transparência e demonstra que a incorporação das contribuições não ocorreu de forma automática, mas mediante análise técnica, diagnóstico e decisão municipal.

Esta Matriz, portanto, não entrega um PME pronto, não substitui o diagnóstico municipal, não substitui as escutas e não retira a autonomia das Comissões responsáveis pela elaboração dos Planos. Ao contrário, foi concebida para qualificá-los. Cada município deverá decidir, à luz de sua realidade, quais contribuições possuem pertinência, quais precisam ser adaptadas e quais não encontram fundamento em seu território. A realidade municipal continua sendo o ponto de partida e o critério central para qualquer incorporação.

Ao construir coletivamente esta Matriz Consolidada, a UNCME-BA, o Projeto Saber Melhor e a Rede de Cooperação Técnica para os Planos Decenais de Educação reafirmam uma compreensão comum: a elaboração dos PMEs 2026-2036 precisa ser oportunidade para fortalecer os Sistemas Municipais de Educação, qualificar a atuação dos Conselhos Municipais de Educação, ampliar a participação social e transformar diagnósticos em prioridades, prioridades em estratégias e estratégias em compromissos públicos passíveis de financiamento, acompanhamento e avaliação.

Mais do que incorporar contribuições a um documento, pretende-se contribuir para a construção de Planos Municipais de Educação com identidade territorial, consistência técnica, participação democrática, equidade, sustentabilidade financeira, articulação institucional e capacidade real de transformação. Planos que não terminem quando forem aprovados, mas que permaneçam vivos durante todo o decênio por meio do acompanhamento, do monitoramento, da avaliação e da participação da sociedade.

Não se trata de fazer o Projeto Saber Melhor caber no PME. Trata-se de colocar suas contribuições, a experiência da UNCME-BA no fortalecimento dos Conselhos e a cooperação técnica para os Planos Decenais a serviço dos municípios, para que cada território transforme aquilo que sua realidade revela em compromissos educacionais para os próximos dez anos.



INCORPORAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO SABER MELHOR - MPBA/UNCME - BA

Finalidade: apoiar a Comissão de elaboração do Plano Municipal de Educação na identificação, análise e incorporação transversal das contribuições apresentadas pelo Projeto Saber Melhor, relacionando diagnóstico, metas, estratégias, indicadores, articulação intersetorial, controle social, financiamento, monitoramento e mecanismos de correção.

Orientação metodológica: as contribuições do Projeto Saber Melhor não devem constituir capítulo isolado do PME. Devem ser incorporadas às metas e estratégias com as quais guardem relação material, a partir da realidade e dos dados de cada município.

1. FICHA DE ANÁLISE DE CADA META/OBJETIVO

CAMPO	ANÁLISE / INCORPORAÇÃO
1. Meta/Objetivo do PME	Registrar a redação da meta/objetivo municipal correspondente.
2. Diagnóstico municipal	Descrever a situação atual do município e estabelecer a linha de base.
3. Dados e evidências	Identificar dados que comprovem a situação, desagregados, sempre que possível, por território, escola, etapa, modalidade e público.
4. Problema central identificado	Definir claramente qual problema precisa ser enfrentado para assegurar o direito à educação.
5. Causas do problema	Identificar fatores educacionais, sociais, territoriais, estruturais, familiares ou institucionais relacionados ao problema.
6. Contribuição do Projeto Saber Melhor	Registrar qual dimensão, projeto, orientação ou ação do Saber Melhor dialoga com a meta.
7. Estratégia a incorporar ao PME	Converter o diagnóstico e a contribuição em estratégia concreta, mensurável e executável.
8. Territorialização	Indicar onde o problema se concentra e quais territórios, escolas, comunidades ou públicos demandam maior atenção.
9. Equidade	Identificar quem está ficando para trás e as desigualdades de acesso, permanência, aprendizagem ou condições de oferta.
10. Articulação intersetorial	Indicar órgãos, políticas e serviços que precisam atuar conjuntamente.
11. Controle social	Definir a participação do CME, CACS-Fundeb, CAE, Conselhos Escolares, Fórum, CMDCA, Conselho Tutelar e outras instâncias.
12. Responsáveis	Definir órgão coordenador e instituições corresponsáveis pela execução.
13. Indicador	Estabelecer como o avanço será medido.
14. Linha de base	Registrar o valor ou a situação inicial do indicador.
15. Resultado esperado	Definir o resultado que o município pretende alcançar.
16. Prazo	Estabelecer prazo ou marco temporal para alcance do resultado.
17. Financiamento	Identificar estimativa de recursos e possíveis fontes de financiamento.
18. Vinculação ao PPA/LDO/LOA	Demonstrar como a estratégia será incorporada aos instrumentos de planejamento e orçamento.
19. Monitoramento	Definir periodicidade, responsáveis, fontes e forma de publicidade do acompanhamento.
20. Mecanismo de correção	Prever medidas de revisão e correção quando os indicadores demonstrarem insuficiência da estratégia.



MATRIZ CONSOLIDADA - META A META DO PME 2026-2036

Incorporação das Contribuições do Projeto Saber Melhor - MPBA/UNCME-BA

ORIENTAÇÃO TRANSVERSAL: a prevenção e o enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes devem atravessar as metas de acesso, permanência, aprendizagem, inclusão, equidade, gestão e monitoramento. O material do Projeto Saber Melhor relaciona explicitamente violência, negligência e abandono às condições de aprendizagem e defende a articulação entre Educação, Conselho Tutelar, Conselho de Educação, Assistência Social e demais atores da rede de proteção.

VIOLÊNCIAS, PROTEÇÃO INTEGRAL E DIREITO À EDUCAÇÃO

O território que educa também precisa proteger

O PME 2026-2036 deve reconhecer que violências e violações de direitos podem repercutir no acesso, na permanência, na aprendizagem e no desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o diagnóstico deve considerar as violências contra crianças e adolescentes, a violência contra a mulher, a violência doméstica e familiar, a violência sexual e outras violações, observando sempre sua interface com o direito à educação.

Não se trata de transferir responsabilidades para a Educação, mas de definir o que lhe cabe na prevenção, identificação das repercussões educacionais, encaminhamento e articulação com a rede de proteção.

Pergunta orientadora:

Como as violências presentes no território interferem no direito à educação e o que cabe à política educacional fazer?.

Meta/Eixo do PME	Problema/Diagnóstico a observar	Contribuição do Saber Melhor	Estratégias a incorporar ao PME	Indicadores/Evidências	Articulação necessária	Financiamento	Monitoramento
TRANSVERSAL Proteção integral e prevenção/enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes	Violência, negligência, abandono e outras violações de direitos; repercussões sobre frequência, permanência,	“A violência que alcança nossas crianças”; “os dados precisam conversar”; proteção integral;	Instituir ações permanentes e intersetoriais de prevenção, identificação, acolhimento	Registros institucionais agregados; frequência; infrequência; abandono; evasão; retorno; encaminhamentos e	SME, escolas, CME, Conselho Tutelar, CMDCA, Assistência Social, Saúde, Ministério Público e demais órgãos,	PPA/LDO/LOA e recursos das políticas intersetoriais competentes.	Acompanhamento contínuo; análise territorial; relatórios agregados; avaliação bienal do PME e medidas corretivas.

	aprendizagem e desenvolvimento; desigualdades territoriais e grupos mais expostos.	articulação e não isolamento.	institucional, encaminhamento e acompanhamento das situações de violação de direitos, respeitando competências e protocolos; articular indicadores educacionais com informações da rede de proteção, preservando sigilo e proteção de dados.	acompanhamento; indicadores territorializados.	conforme competências.		
Meta - Educação Infantil	Demanda por creche/pré-escola; desigualdades territoriais; infraestrutura; condições de proteção; situações de vulnerabilidade e violações de direitos envolvendo bebês e crianças.	Proteção integral; infraestrutura física e sanitária; dados que precisam conversar; fortalecimento do CME e articulação da rede.	Expandir acesso com qualidade e equidade; mapear demanda; qualificar infraestrutura; fortalecer mecanismos institucionais de prevenção, identificação e encaminhamento de violações de direitos, respeitando as especificidades da Educação Infantil; articular Educação, Saúde, Assistência e rede de proteção.	Cobertura por faixa etária; demanda manifesta; atendimento por território; condições de oferta; frequência; indicadores agregados de proteção.	SME, CME, Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar, CMDCA e unidades educacionais.	PPA/LDO/LOA e fontes vinculadas à educação e políticas parceiras.	Contínuo, territorializado e bienal no âmbito do PME.
Meta - Ensino Fundamental	Acesso, frequência, aprendizagem, distorção idade-ano, abandono, evasão e situações de violência/vulnerabilidade que comprometam a trajetória escolar.	Proteção integral; Busca Ativa; articulação da rede; dados educacionais e sociais em diálogo.	Universalizar acesso e permanência; identificar precocemente infrequência e risco de abandono; instituir fluxos de encaminhamento à rede competente; relacionar aprendizagem, frequência e fatores de vulnerabilidade para orientar intervenções.	Matrícula; frequência; abandono; evasão; conclusão; distorção; aprendizagem; retorno após Busca Ativa.	SME, escolas, CME, Conselho Tutelar, CMDCA, Saúde, Assistência Social.	PPA/LDO/LOA.	Monitoramento por escola/território e avaliação periódica.
Meta - Ensino Médio / Regime de Colaboração	Trajetórias dos adolescentes; acesso, permanência, abandono, evasão e situações de vulnerabilidade e violência.	Busca Ativa; proteção integral; articulação entre políticas e entes federativos.	Prever cooperação para identificação, busca, reinserção, permanência e proteção dos adolescentes; articular ações preventivas às violências e fatores associados ao abandono.	Matrícula; frequência; abandono; conclusão; retorno e permanência.	Município, Estado, CME, Conselho Tutelar, CMDCA e rede de proteção.	Regime de colaboração e instrumentos orçamentários pertinentes.	Acompanhamento interinstitucional periódico.
Meta - Educação Especial e Inclusiva	Barreiras de acesso, participação e aprendizagem; AEE; acessibilidade; discriminação e violações de direitos.	Todas as Escolas para Todos; AEE; proteção integral.	Eliminar barreiras; garantir acessibilidade e AEE; prever mecanismos acessíveis de prevenção, comunicação, identificação e encaminhamento de violações de direitos;	Matrículas; AEE; acessibilidade; permanência; participação; condições de oferta.	SME, CME, escolas, serviços especializados e rede intersetorial.	PPA/LDO/LOA e recursos específicos.	Indicadores de inclusão e acompanhamento contínuo.

			qualificar formação e acompanhamento.				
Meta - Alfabetização	Níveis de alfabetização; desigualdades entre escolas/territórios; frequência e fatores de vulnerabilidade que impactam a aprendizagem.	MP Contra o Analfabetismo / Bahia Alfabetizada; avaliação diagnóstica; formação; Busca Ativa; tese de que violência e violações de direitos interferem nas condições de aprendizagem.	Prever diagnóstico, formação, acompanhamento pedagógico, recomposição e Busca Ativa; analisar conjuntamente resultados de alfabetização, frequência e fatores de vulnerabilidade, sem estigmatizar crianças ou famílias.	Percentual alfabetizado; avaliações diagnósticas; frequência; evolução por escola/território.	SME, escolas, CME e rede intersetorial quando necessária.	PPA/LDO/LOA e programas de alfabetização.	Avaliações diagnósticas e monitoramento sistemático.
Metas de aprendizagem e qualidade	Resultados educacionais, desigualdades internas e fatores que comprometem o direito de aprender.	Os dados precisam conversar; planejamento; territorialização; proteção integral.	Estabelecer estratégias orientadas por evidências; cruzar indicadores educacionais agregados com fatores territoriais e sociais pertinentes; priorizar territórios e grupos com maiores desigualdades.	Aprendizagem; fluxo; frequência; equidade territorial.	SME, CME, escolas e políticas parceiras.	Planejamento orçamentário vinculado às estratégias.	Relatórios públicos, comparáveis e medidas corretivas.
Metas de permanência, frequência e enfrentamento à evasão	Infrequência, abandono, evasão e causas associadas, inclusive situações de vulnerabilidade e violações de direitos.	Raízes da Cidadania; Busca Ativa; proteção integral.	Institucionalizar fluxos de identificação das causas da infrequência/evasão, busca, reinserção e acompanhamento; acionar a rede competente quando houver indícios de violação de direitos.	Frequência; abandono; evasão; retorno; permanência; encaminhamentos institucionais agregados.	Educação, Assistência Social, Saúde, Conselho Tutelar, CMDCA.	Recursos das políticas envolvidas e planejamento municipal.	Acompanhamento contínuo de indicadores e fluxos.
Metas de infraestrutura escolar	Inadequações físicas, sanitárias, de acessibilidade e condições que afetem segurança e qualidade da oferta.	Saúde + Educação; infraestrutura física e sanitária.	Estabelecer plano de adequação, manutenção, expansão, acessibilidade e melhoria das condições de segurança das unidades.	Unidades adequadas; intervenções concluídas; acessibilidade.	Educação, Saúde, Obras, CME e controle social.	PPA/LDO/LOA; planejamento plurianual.	Cronograma físico-financeiro e verificação in loco.
Metas relacionadas ao transporte escolar	Cobertura, rotas, segurança e barreiras territoriais de acesso.	Transporte Legal; segurança e cobertura do transporte.	Planejar e avaliar rotas, cobertura, qualidade e segurança; articular transporte às estratégias de acesso, frequência e permanência.	Cobertura; rotas; estudantes atendidos; demanda; ocorrências.	SME, transporte, CME, CACS-Fundeb e órgãos competentes.	PPA/LDO/LOA e programas de transporte.	Avaliação periódica da cobertura e segurança.
Metas de gestão democrática e controle social	Fragilidade dos colegiados; participação simbólica; atuação isolada; pouca circulação de informações.	Saber Melhor - fortalecimento dos CME; articulação CME, CACS-Fundeb, CAE, Conselhos Escolares, Fórum, CMDCA e Conselho Tutelar.	Garantir estrutura, autonomia, formação, publicidade e participação; criar agenda permanente de articulação dos colegiados e da rede de proteção, inclusive para leitura conjunta de problemas que repercutem no direito à educação.	Reuniões; atos; estrutura; participação; publicidade; ações articuladas.	CME, CACS-Fundeb, CAE, Conselhos Escolares, Fórum, CMDCA, Conselho Tutelar e SME.	Previsão institucional e orçamentária.	Avaliação institucional e prestação de contas periódica.

Metas de financiamento da educação	Metas sem custo, estratégias sem previsão financeira e baixa articulação com planejamento orçamentário.	Plano com preço; CAQ; PPA/LDO/LOA; controle social.	Precificar estratégias; vincular PME aos instrumentos orçamentários; identificar responsabilidades financeiras inclusive nas ações intersetoriais.	Investimento; execução orçamentária; custo das estratégias.	Executivo, SME, Fazenda/Finanças, CACS-Fundeb, CME.	PPA/LDO/LOA e demais fontes.	Monitoramento anual da execução e análise bienal.
TODAS AS METAS - Governança, transparência e monitoramento	Fragmentação de dados; ausência de prestação de contas; indicadores sem consequência; falta de mecanismos de revisão.	Informação; deliberação; prestação de contas; correção.	Definir indicadores, linha de base, responsáveis, relatórios públicos, participação social, monitoramento bienal e mecanismos de correção; assegurar que dados sensíveis da rede de proteção sejam tratados de forma agregada e conforme a legislação.	Indicadores específicos de cada meta; equidade; execução; providências corretivas.	Sistema Municipal de Ensino, colegiados e rede intersetorial.	Conforme cada estratégia.	Monitoramento bienal, publicidade dos resultados e revisão fundamentada.
TRANSVERSAL Territorialização e equidade	Médias municipais que ocultam desigualdades entre escolas, territórios e públicos.	Territorialização das metas; dados reais; governança democrática.	Desagregar diagnóstico e indicadores por território, escola, etapa, modalidade e públicos pertinentes; orientar prioridades para quem está ficando para trás.	Indicadores desagregados e diferenças territoriais.	SME, CME, escolas e demais políticas públicas.	Prioridades refletidas no PPA/LDO/LOA.	Comparação sistemática e revisão das estratégias.



QUADRO COMPLEMENTAR - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O PME

Este quadro é uma POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO MUNICIPAL e não deve ser apresentado como contribuição extraída da apresentação do Projeto Saber Melhor. Sua incorporação depende do diagnóstico local, das escutas e deliberações do processo participativo do PME.

Possível campo de incorporação	Diagnóstico a verificar	Possível direção estratégica no PME	Articulação	Origem a registrar
Direitos humanos, equidade e prevenção das violências	Existência de situações de violência contra mulheres que repercutam na trajetória educacional de estudantes, famílias ou profissionais; dados e demandas identificadas nas escutas municipais.	Prever ações educativas de promoção dos direitos humanos, respeito, prevenção das violências e fortalecimento de uma cultura de paz, adequadas às etapas e modalidades e às competências do sistema educacional.	Educação e políticas/órgãos municipais responsáveis pela proteção e pelos direitos das mulheres, além da rede de proteção pertinente.	Diagnóstico municipal / escutas / conferências / legislação e políticas específicas pertinentes - NÃO atribuir ao slide do Saber Melhor.
Educação de Jovens e Adultos - EJA	Barreiras de acesso, permanência ou retomada da escolarização de mulheres, quando demonstradas pelo diagnóstico municipal.	Prever estratégias de acesso, permanência, acolhimento institucional e articulação intersetorial para garantir o direito à educação.	SME, unidades de EJA e políticas intersetoriais competentes.	Diagnóstico municipal e participação social.
Gestão, formação e convivência escolar	Necessidades formativas identificadas na rede sobre direitos humanos, prevenção das violências e fluxos institucionais.	Promover formação dos profissionais da educação sobre prevenção, identificação institucional e encaminhamento responsável de situações de violação de direitos, dentro das competências educacionais.	SME, CME e rede intersetorial competente.	Diagnóstico municipal / política de formação / normativas aplicáveis.

Referência-base da matriz: apresentação "Planos Decenais e Governança Democrática - O papel do Ministério Público e dos Conselhos de Educação na garantia do direito à educação", Projeto Saber Melhor - MPBA, em parceria com a UNCME. O quadro complementar sobre violência contra a mulher foi separado por não constar como eixo específico na apresentação analisada.



3. MATRIZ DE RASTREABILIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES

Esta tabela permite demonstrar, ao final da elaboração, em quais metas e estratégias cada contribuição apresentada no material do Projeto Saber Melhor foi incorporada.

Origem da contribuição	Ênfase apresentada	Meta(s) do PME relacionada(s)	Estratégia(s) incorporada(s)	Evidência/Indicador	Situação
Projeto Saber Melhor	Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação.				A preencher
Saúde + Educação	Infraestrutura física e sanitária.				A preencher
Raízes da Cidadania	Evasão - Busca Ativa (UNICEF).				A preencher
Todas as Escolas para Todos	Atendimento educacional especializado.				A preencher
Transporte Legal	Segurança e cobertura do transporte escolar.				A preencher
MP Contra o Analfabetismo / Bahia Alfabetizada	Alfabetização das crianças; diagnóstico, formação, avaliação e Busca Ativa Escolar.				A preencher
Governança democrática	Informação, deliberação, prestação de contas e correção.				A preencher
Articulação dos colegiados	CME, CACS-Fundeb, CAE, Conselhos Escolares, Fórum, CMDCA e Conselho Tutelar.				A preencher
Planejamento e orçamento	Metas mensuráveis, custos, vinculação ao PPA/LDO/LOA e monitoramento.				A preencher
VIOÊNCIAS, PROTEÇÃO INTEGRAL E DIREITO À EDUCAÇÃO	Prevenção e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes; interface com violência contra a mulher, violência doméstica e familiar, violência sexual e outras violações de direitos, quando evidenciadas pelo diagnóstico municipal; proteção integral, direitos humanos, cultura de paz e articulação com a rede de proteção.				A preencher

Nota metodológica: a apresentação-base do Projeto Saber Melhor destaca diretamente as violências que alcançam crianças e adolescentes. A violência contra a mulher deve ser incorporada ao PME quando evidenciada pelo diagnóstico, pelos dados do território e pelas escutas municipais, registrando-se corretamente a origem dessa contribuição.

Fonte de referência: apresentação "Planos Decenais e Governança Democrática: O papel do Ministério Público e dos Conselhos de Educação na garantia do direito à educação" - Projeto Saber Melhor · MPBA, em parceria com a UNCME.